



<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b> Últimas cotações (em R\$)	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>Capital de giro</b> Na quarta-feira	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,16% São Paulo	102.807 99.522	R\$ 1.212	15/junho 5,026 17/junho 5,144 20/junho 5,186 21/junho 5,154	R\$ 5,472	6,76%	13,15%	Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47
0,15% Nova York	17/6 20/6 21/6 22/6						

PETROBRAS

Palácio do Planalto espera que alterações no comando da estatal evitem novas altas dos combustíveis pelo menos até o primeiro turno da eleição presidencial, em outubro

Governo encaminha mudanças

» RAFAELA GONÇALVES

O Comitê de Elegibilidade da Petrobras vai analisar, nesta sexta-feira, o nome de Caio Mário Paes de Andrade à presidência da estatal. O secretário de Desburocratização do Ministério da Economia foi indicado pelo governo para o lugar de José Mário Coelho, demitido no fim de maio. Coelho pretendia permanecer no cargo até que todos os

trâmites burocráticos da sucessão fossem cumpridos, mas acabou renunciando nesta semana, após forte pressão política do Palácio do Planalto e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ontem, o Ministério de Minas e Energia encaminhou à Petrobras uma lista com oito nomes para compor o Conselho de Administração. Controladora da companhia, com 50,3% das ações com direito a voto, a União tem o poder de indicar a maior

parte dos 11 integrantes do conselho, que devem ser eleitos por uma Assembleia Geral de Acionistas, ainda a ser convocada. Uma vez aprovados, os membros do Conselho têm poder para escolher, entre eles, quem será o presidente da empresa, além de cancelar os sete diretores executivos da companhia. A expectativa do governo é que, com as mudanças, seja modificada a atual política de paridade de importação (PPI), que

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Indicado para a presidência da companhia, Caio Paes de Andrade será avaliado amanhã por comitê

“As trocas de presidente são absolutamente inúteis em termos da política de preços. Não é à toa que vem acontecendo esse verdadeiro carrossel de entra e sai de presidentes na empresa e a política de preços tem continuado exatamente a mesma”

Robson Gonçalves, professor da FGV

de presidente são absolutamente inúteis em termos da política de preços. Não é à toa que vem acontecendo esse verdadeiro carrossel de entra e sai de presidentes na empresa e a política de preços tem continuado exatamente a mesma”, avaliou o economista Robson Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A primeira etapa para aprovação de Caio Paes de Andrade

é um processo conhecido como background check de integridade (BCI), que levanta informações sobre o candidato e elabora uma avaliação dele. Mesmo com a bênção do Palácio do Planalto, o nome dele enfrenta obstáculos, como falta de experiência e formação na área de petróleo e gás. A lista encaminha pelo MME à Petrobras para compor o conselho tem oito nomes — sete homens e uma mulher. Entre os indicados, estão Gileno Gurjão Barreto, que hoje é presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), vinculado ao Ministério da Economia. Ricardo Soriano de Alencar, procurador-geral da Fazenda Nacional (PGFN), também está na lista. O governo também indicou Jônathas Assunção Salvador Nery De Castro, secretário-executivo da Casa Civil; Iêda Cagni, que coordena a Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (AGU); e Edilson Garcia, CEO da Companhia Energética de Brasília (CEB). O último nome é de Caio Paes de Andrade, que tem a bênção do Palácio do Planalto para chegar à presidência da estatal. Márcio Weber e Ruy Flaks Schneider, que já integram o conselho da Petrobras desde o ano passado, devem passar por ratificação.

ROYAL TULIP  
BRASÍLIA ALVORADA

VOCÊ MERECE VIVER BONS MOMENTOS!

Estamos de portas abertas para te receber com todos os cuidados ao seu bem-estar!

Siga nosso instagram!  
@RoyalTulipBrasíliaAlvorada

- Novos Apartamentos
- Cama dos Sonhos
- Vista para o Lago Paranoá
- Extensa Área Verde

ALÉM DE INTENSOS TREINAMENTOS E TODAS AS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE SAÚDE, TOMAMOS ALGUMAS MEDIDAS PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE TODOS:

- Reduzido número de apartamentos disponíveis
- Café da manhã servido no restaurante com distanciamento social
- Uso obrigatório de máscaras
- Álcool gel disponível em todas as áreas
- Higienização reforçada de apartamentos

Conheça nossa Cartilha de Compromisso de Saúde e Segurança:

SINTA-SE SEGURO, SIGA AS ORIENTAÇÕES, RELAXE E APROVEITE!

HOTEL ROYAL TULIP BRASÍLIA ALVORADA  
SHTN Trecho I Conj. 1B | Asa Norte - Brasília - DF  
Tel: +55 (61) 3424 7000 | rtbsbareservas@goldentulip.com.br  
royaltulipbrasiliaalvorada.com

PLANOS DE SAÚDE

Tratamento sem interrupção

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press - 22/2/17



Decisão afeta planos coletivos. Regra já vale para os individuais

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem que as operadoras de planos de saúde coletivos devem garantir a continuidade de tratamentos médicos no caso de rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços. Esses tipos de planos são oferecidos como benefícios assistenciais a grupos de trabalhadores de empresas. No caso de planos individuais, as operadoras já eram proibidas de cancelar o plano durante o tratamento, informa a Agência Brasil. Os processos que motivaram o julgamento envolvem uma mulher que teve câncer de mama e recorreu à Justiça após seu plano ser cancelado pela operadora e um adolescente, portador de uma doença grave. Pela decisão da Segunda Seção do tribunal, as operadoras têm o direito contratual de cancelar o contrato, mas devem manter o tratamento indicado aos pacientes até a alta médica. Em contrapartida, o paciente deverá manter o pagamento da mensalidade do plano, com as condições contratuais originais. De forma unânime, o

colegiado definiu uma tese que deverá balizar os processos que tratam da mesma questão. “A operadora, mesmo após o exercício regular do direito à rescisão unilateral do plano coletivo, deverá assegurar a continuidade dos cuidados assistenciais prescritos ao usuário internado ou em pleno tratamento médico garantidor da sua sobrevivência

ou da sua incolumidade física até a efetiva alta, desde que o titular arque integralmente com a contraprestação devida.” O caso julgado pelo colegiado firma o entendimento sobre a questão no STJ e poderá ser aplicado aos casos semelhantes que estão em tramitação no Judiciário de todo o país. As operadoras podem recorrer da decisão.